

PARTILHA DO PRÉ-SAL

Lula garante vetar a divisão dos royalties

A garantia foi dada pelo Presidente ao governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral. Votação deve ser adiada para julho

BRASÍLIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva garantiu ao governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, o veto à proposta aprovada pelos senadores de divisão de forma isonômica (igual para todas), entre estados e municípios, do dinheiro da produção do petróleo da camada do pré-sal.

A distribuição dos royalties, como foi aprovada pelo Senado, deverá ser mantida pelos deputados na votação do projeto que cria o Fundo Social e institui o modelo de partilha para a exploração do pré-sal.

A garantia de veto de Lula foi dada em conversa com Cabral na última sexta-feira, segundo contou uma fonte ligada ao Presidente e ao PMDB, partido do governador.

O compromisso de Lula afasta a obstrução da bancada do Rio na votação do projeto na Câmara.

Mesmo sem esse obstáculo, o projeto não vai mais ser votado nesta semana, de difícil obtenção de quorum no Congresso por causa das tradicionais festas juninas na região Nordeste do País e das articulações para as convenções partidárias estaduais, cujo prazo termina no próximo dia 30.

Depois de se reunir com o presidente Lula, o líder do governo na Câmara, Cândido Vaccarezza (PT-SP), previu a votação do projeto do pré-sal em julho. "Vamos votar antes do recesso", afirmou.

Descartando a votação nesta semana, Vaccarezza admitiu dificuldades para levar o projeto ao plenário também na próxima semana. "A vida está mostrando que nessa semana vamos ficar com as medidas provisórias", disse o líder governista.

Ele afirmou que a emenda do senador Pedro Simon (PMDB-RS) de divisão dos royalties aprovada pelos senadores é inconstitucional e que, por isso, o caminho é o veto. "O pessoal do Rio de Janeiro está tranquilo", disse Vaccarezza.

SUPREMO

Na noite de ontem, os deputados federais Luiz Paulo Vellozo Lucas e Rita Camata, ambos do PSDB, protocolaram um mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal (STF).

Segundo Vellozo, o mandado tem objetivo de impedir deliberações congressuais, ou seja, caso ele seja aceito pelo STF, a Câmara não poderá votar o projeto que define a divisão dos royalties. "A nossa argumentação é com base na inconstitucionalidade desse projeto."



O GOVERNADOR Paulo Hartung se reuniu com lideranças da sociedade

Governador pede ajuda a padres, pastores e advogados

O governador do Estado, Paulo Hartung, pediu ontem a ajuda de padres, pastores, advogados, centrais sindicais e movimentos sociais e estudantis na luta contra a divisão igualitária dos royalties.

Em reunião ontem com essas lideranças, no Palácio Anchieta, em Vitória, foi criado o Comitê Pró-Veto, com o objetivo de mobilizar a sociedade capixaba para garantir que a emenda do senador Pedro Simon ao projeto de lei que redistribui os royalties do petróleo seja vetada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O comitê será coordenado pela Ordem dos Advogados do Brasil seccional Espírito Santo (OAB-ES). De acordo com o presidente da OAB-ES, Homero Mafra, a comissão vai fazer um manifesto a ser encaminhado ao presidente Lula, mostrando os prejuízos que o Estado pode sofrer, além das razões constitucionais para o veto.

“A emenda quebra e rasga a Constituição. Temos de mobilizar toda a sociedade capixaba”

Homero Mafra, presidente da OAB-ES

E depois vai traçar novas ações. "A emenda apresentada quebra e rasga a constituição. Por isso, temos que mobilizar toda a sociedade capixaba. É possível que se faça um dia Pró-Veto no Estado."

Na próxima quinta-feira, o Comitê se reúne na sede da OAB-ES.

O pastor Enoque de Castro Pereira, que participou da reunião, disse que a mobilização vai ser por meio de conscientização e orações: "Queremos fazer com que todos os fiéis saibam a importância dessa discussão."

O secretário de Estado do Desenvolvimento, Márcio Félix, reforçou a necessidade de o Estado estar unido e afirmou que, caso não ocorra o veto ou ele seja derubado, o Estado vai tomar outras providências: "Se perdermos, o caminho será o Supremo Tribunal Federal (STF)."

Caso o projeto da emenda seja aprovado, a estimativa é de que o Espírito Santo sofra perdas da ordem de R\$ 500 milhões por ano. Se isso ocorrer, a proposta seguirá para sanção ou veto de Lula, que tem 15 dias para tomar a decisão.

Hartung se reúne amanhã com os prefeitos e presidentes de Câmaras Municipais, no Palácio Anchieta, também com o objetivo de mobilizar as lideranças políticas.